



Revista de Administração e Contabilidade

Volume 13, número 2

Feira de Santana, maio/agosto, p.71 – 84

ISSN: 2177-8426

Entre otimismo x dificuldade de alcance até 2030 dos objetivos de desenvolvimento do milênio: um estudo exploratório junto a estudantes de *loccity* um microcosmo brasileiro

Antonio Nunes Pereira

RESUMO

O presente artigo pretende avaliar, na percepção de estudantes brasileiros, quão viáveis são os objetivos de desenvolvimento do milênio. Objetiva-se com o estudo exploratório identificar quais são os objetivos que são percebidos como de difícil alcance. O referido diagnóstico mostra-se relevante, pois serão os estudantes os futuros empreendedores e implementadores de políticas públicas no país. Como método de coleta foi utilizado a técnica de questionário com auxílio de programa de formulários. Ao final do estudo verificou-se que dois objetivos devem merecer maior atenção, na medida que fugiram do que se poderia delimitar de um padrão otimista de viabilidade, quais sejam: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; e alcançar a igualdade de gênero com empoderamento. Sob a perspectiva educacional e profissional inserir os ODMs mostra-se relevante para resultados que rompam com a perspectiva de curto prazo, estado reprogramável pela imaginação que pode ajudar na elaboração de modelos e de práticas mais consistentes com a sustentabilidade.

Palavras-chave: ODM; Sustentabilidade; Indicadores Sustentáveis; Educação.

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2021 foi marcado por mais uma COP. Compreender o escopo de uma Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021 pode ajudar na promoção de pesquisas e ações relevantes para a sustentabilidade. Por meio dessas reuniões entre os países são estabelecidas metas ou, no contexto do presente trabalho, objetivos para serem alcançados pelas nações.

Formalmente, o núcleo da pesquisa vai explorar os objetivos do desenvolvimento sustentável, também conhecidos pela sigla ODS.

Vale reforçar que o conceito de sustentabilidade envolva o conhecimento de três vertentes, quais sejam a ambiental, a econômica e social, são restritos os estudos que buscam avaliar a percepção da sustentabilidade.

Por outro lado, pode-se defender que exista uma reiterada busca pela sustentabilidade pelos cidadãos do mundo, acompanhada de uma falsa percepção sobre desconhecimento e não priorização dos temas sustentáveis. Essa procura é refletida nos debates econômicos, campanhas publicitárias e na prática educacional.

Nesse contexto, o presente estudo objetiva avaliar como são percebidos as ODS sob a percepção dos estudantes brasileiros e em qual medida há objetivos que estão fora de um quadro otimista de viabilização.

A partir da pesquisa, procura-se contribuir com elementos que possam estudos e intervenções sociais quanto à temática da sociedade.

Para tanto, será feita uma breve revisão sobre o direito internacional, as instituições envolvidas e os objetivos. Esse fio condutor buscar iniciar a partir de uma discussão de que existam leis internacionais de um direito humano ao ambiente sustentável até propriamente traçar aspectos de garantia, salvaguarda e manutenção.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Na presente seção serão visitados conceitos e referências institucionais para, passo seguinte, avançar rumo à avaliação dos dados obtidos.

2.1 O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

No presente item, haverá a análise do surgimento do direito internacional público e da criação da Organização das Nações Unidas (ONU). O estudo é importante como forma de se destacar, posteriormente, os balizadores históricos da elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Mundial, enquanto ordenadores de condutas a serem perseguidas a nível global, por agentes públicos e privados, para melhoria da vida planetária.

2.1.1 Surgimento Do Direito Internacional

O tema da Organização das Nações Unidas (ONU) está diretamente relacionado com a ideia de um arcabouço jurídico de proteção da pessoa humana em nível mundial. Assim, de acordo com Portela (2015):

[...] as normas internacionais de direito de direitos humanos adquirem relevância tal que passam a constituir um verdadeiro ‘imperativo superior de proteção da pessoa’, com o qual devem se comprometer todos os membros da sociedade internacional em caráter prioritário (PORTELA, 2015, p.819).

Nesse sentido, o Direito Internacional relacionado aos direitos humanos objetiva a aplicação de institutos do chamado *Direito das Gentes*, a exemplo de normas elencadas nos tratados internacionais, que demandam aceitação de organizações internacionais e Estados (PORTELA, 2015).

O Cristianismo foi o berço do pensamento voltado aos direitos humanos, pela veiculação de mandados a todas as pessoas, e não a indivíduos de determinados locais. Já no Século XV a Igreja Católica discutia a ideia de intervenção humanitária. O conceito representava a “possibilidade de ação de um povo no território onde vivesse outro povo cujos direitos não estivessem sendo respeitados” (PORTELA, 2015, p.820).

A doutrina do Iluminismo foi outro diferencial impulsionador do surgimento de um pensamento voltado à pessoa humana e ao bem comum no plano internacional. Ideários difundidos durante as Revoluções Inglesa e Francesa ganharam destaque. Ademais, a *Convenção de Genebra para Melhoria da Sorte dos Feridos e Enfermos dos Exércitos em Campanha* foi assinada em 1864. Ainda em vigor, a Convenção trata explicitamente do *Direito das Gentes* (PORTELA, 2015).

Após a 1ª Guerra Mundial, em 1919, a criação da Liga das Nações e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) também se destacaram como marcos históricos ao Direito Internacional e, posteriormente, à criação ONU, em 1948, em Paris (França) (PORTELA, 2015; SILVA, 2012).

2.1.2 Criação da ONU

A criação da ONU está diretamente relacionada com o cenário deixado pela 2ª Guerra Mundial, pelas atrocidades cometidas por nazistas e pelo império do pensamento positivista que direcionava ao Estado quase uma soberania absoluta, inquestionável. Dessa feita, a Declaração Universal dos Direitos Humanos marca a iniciativa de confecção de marcos jurídicos internacionais, direcionados ao cumprimento das normas internacionais e de órgãos para tal atribuição (PORTELA, 2015).

De acordo com a Assembleia Geral, a referida Declaração, assinada pelo Brasil na data da proclamação (10 de dezembro de 1948), objetiva:

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (ONU, 1948).

Trata-se, pois, de um texto de cunho declaratório e universal, que vincula todo organismo social e pessoa. A educação é uma das ferramentas para concretização gradativa, mas efetiva, dos direitos universais pelos indivíduos, Estados-Membros da ONU e jurisdicionados.

2.3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: UMA BREVE REVISÃO

O presente item exemplifica a revisão de literatura sobre *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM), da Organização das Nações Unidas, por meio de estudos realizados no Brasil.

Asazu (2005), numa reportagem, escreveu sobre o Prêmio ODM Brasil 2005. De acordo com a autora, o Prêmio apresentou projetos e objetivos diferentes entre esses. De comum, os mais de 900 (novecentos) projetos, apresentavam um querer a mudança, inconformismo com a realidade e criatividade. A entrega dos quase 30 (trinta) prêmios aconteceu no Palácio do Planalto, em Brasília (Distrito Federal). Tratou-se de evento promovido pelo Governo Federal brasileiro, Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e Programa das Nações Unidas.

Uma das ações vencedora era relacionada ao balé clássico. Por meio da prática, ensinava-se a adolescentes de áreas carentes da cidade do Rio de Janeiro (Estado do Rio de Janeiro), como tentativa de se evitar a inserção deles na criminalidade, no trabalho infantil e na exclusão social. O *Dançando para não Dançar* era coordenado pela bailarina Thereza Aguilar, que possuía experiência profissional no exterior, como em Cuba e na Alemanha. A iniciativa era oferecida a 450 (quatrocentos e cinquenta) adolescentes, do gênero feminino e masculino, moradores de comunidades carentes, como Rocinha e Jacarezinho (ASAZU, 2005).

Além de aulas de dança, os assistidos contavam com atendimento dentário, médico, assistência social e complemento escolar, ofertados por 23 (vinte e três) profissionais. A seleção dos atendidos era realizada por meio de teste de musicalidade e habilidade física. O projeto era financiado por aporte e cooperação da Petrobras, de organizações não governamentais e moradores. Como resultados destacados, quase 100 (cem) ex-alunos se

transformaram em professores do projeto e 6 (seis) foram estudar balé em outros países (ASAZU, 2005).

Outro premiado foi um projeto localizado no Estado de Sergipe. O local foi fruto de invasão, por moradores que viviam em condições precárias de moradia, o que resultou na criação do *Programa Socioambiental de Coroa do Meio*, no município de Aracaju. Tal programa objetivava reverter a estrutura do ambiente por meio da urbanização de favelas (ASAZU, 2005).

Nesse sentido, havia a previsão de construção de 600 (seiscentas) moradias, perímetro para contenção de mais invasão, um posto policial e um de saúde, uma escola e uma unidade ambiental no local. Ademais, aconteceria a disponibilização de 3 (três) mil títulos de posse, fornecimento de capacitação ao trabalho para 5 (cinco) mil pessoas, monitoramento das águas do Rio Poxim e recuperação do mangue. O financiamento era híbrido, direcionado pela Prefeitura local e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (ASAZU, 2005).

Por fim, o projeto *Casa Rosa Mulher-Centro de Referência para Mulheres em Situação de Violência* foi outro congratulado. Esse, localizado em Rio Branco (Estado do Acre), disponibilizava apoio e acolhimento à mulher em situação de risco social ou vítima de violência. No local, a vitimada pela violência ou socialmente recebia atendimento de assistência social, jurídico e saúde. Por ordem de chegada, eram atendidas conforme a necessidade pessoal, individualmente ou em grupo com poucas mulheres (ASAZU, 2005).

O projeto surgiu em 1994, após casos de tráfico de crianças e adolescentes do gênero feminino para instrumentalização de casas de prostituição em garimpos locais e pelo alto índice de violência contra esse gênero no Acre. A partir de 1996, a principal atividade era a disponibilização de cursos para geração de renda e trabalho às vítimas, como pintura de tecido, cabelereira e costura. Órgãos como Defensoria Pública e Polícia Civil compunham a equipe de apoio da *Casa Rosa* (ASAZU, 2005).

Além disso, Agostini (2016) estudou a sustentabilidade, conteúdo polêmico e recente, que era uma das temáticas mais discutidas socialmente à época. O tema passava além de análises somente sobre política, ciência, geografia ou até o senso comum. Nesse sentido, em 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou ODM, como forma de melhoria da qualidade de vida da sociedade mundial. O artigo da autora, portanto, propunha analisar como o Objetivo 7, de Assegurar a Sustentabilidade Ambiental, no Vale do Taquari (Estado do Rio Grande do Sul), estava sendo cumprido.

A pesquisa quantitativa e qualitativa foi elaborada à luz de fontes documentais e bibliográficas. Dos achados da pesquisa, Agostini (2016) identificou que o Objetivo 7 estava sendo atendido parcialmente. Segue citação:

[...] o maior problema dos municípios que compõem o Vale do Taquari é o acesso à rede de esgoto, que não teve cumpridas as metas. Os demais indicadores foram atendidos conforme proposto

nas metas. O ano de 2015 encerra o ciclo e avança para a discussão de que as ações que visam à sustentabilidade equilibrada ambiental, social e economicamente devem estar no horizonte das políticas públicas, no planejamento e na gestão no/do território, de forma participativa e atuando em consonância entre as escalas, a partir de uma visão sistêmica do ambiente (AGOSTINI, 2016, p.138).

Assim, para a autora, o esgoto era o problema mais destacado na região pesquisada. Os objetivos, por fim, eram cumpridos parcialmente; não em função das diretrizes traçadas pela ONU, e sim pelas legislações, pelos projetos e pelas políticas de melhoria da qualidade de vida coletiva (AGOSTINI, 2016).

Além desses estudos sobre ODM, os pesquisadores Pereira, Pinto, Ferreira e Ferreira (2009) também investigaram o assunto, mas com foco na saúde. De acordo com os autores, indicadores sociais à época eram utilizados como balizadores importantes à avaliação e ao monitoramento do controle da gestão. Haveria, assim, a aproximação de informações entre poder público e cidadãos.

Os indicadores forneciam, pois, uma espécie de auxílio à elaboração de políticas públicas locais, à luz de um cenário de descentralização tributária e administrativa, em prol dos municípios e da institucionalidade de tal planejamento público setorizado. Assim, os autores investigaram a mortalidade infantil nas capitais brasileiras, a partir dos Objetivos 4,5 e 6, relacionados com a saúde da mãe e do infante, e a disseminação da AIDS e o avanço do saneamento básico, alinhados aos Objetivos 7, 8 e 10 (PEREIRA; PINTO; FERREIRA; FERREIRA, 2009).

Em decorrência de poucos estudos relacionados à administração pública *versus* ODM, os objetivos da pesquisa eram traçar os perfis das capitais nacionais em relação à saúde, como contributo à avaliação e formulação de políticas públicas e identificar indicadores destacados ao monitoramento dessas. A análise de dados foi realizada por meio do método *Grade Of Membership* (GoM) (PEREIRA; PINTO; FERREIRA; FERREIRA, 2009).

Pereira, Pinto, Ferreira e Ferreira (2009, p.154) apontam como achados da pesquisa que todas as capitais do Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país eram as regiões com melhores condições de vida. Ademais, Porto Velho, Maceió, Macapá e Rio Branco apresentam-se como as piores no referido quesito. Por fim, afirmaram acerca de, pelo menos, uma contribuição dos ODM “[...] estabelecimento de metas para a formulação e avaliação de políticas públicas, uma vez que podem servir de balizamento para os gestores públicos que, muitas vezes, encontram dificuldades em fixar padrões de resultados em suas gestões”.

2.4 ODM

Em 2000, portanto, ODM surgem na ONU. De acordo com o Planalto (BRASIL, 2017), tratou-se, à época, de um movimento internacional com foco no desenvolvimento de temáticas ligadas aos direitos humanos, ao meio ambiente, à igualdade racial e social e aos direitos das mulheres.

Nesse sentido, 8 (oito) objetivos e 21 (vinte e uma) metas foram estabelecidos, mapeados e comparados entre os estados membros da ONU à luz de indicadores. A partir disso, em 2015, após novas conversas e análises surgem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a também denominada Agenda 2030, que inclui 17 (dezesete) objetivos e 169 (cento, sessenta e nove metas) (BRASIL, 2017). Seguem os 17 objetivos:

NUMERAÇÃO	OBJETIVO
1	Erradicação da pobreza
2	Fome zero e agricultura sustentável
3	Saúde e bem-estar
4	Educação e qualidade
5	Igualdade de gênero
6	Água potável e saneamento
7	Energia limpa e acessível
8	Trabalho decente e crescimento econômico
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura
10	Redução das desigualdades
11	Cidades e comunidades sustentáveis
12	Consumo e produção responsáveis
13	Ação contra a mudança global
14	Vida na água
15	Vida terrestre
16	Paz, Justiça e Instituições eficazes
17	Parcerias e meios de implementação

Quadro 1 - Os 17 ODMs da Agenda 2030.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa feita, investigados conteúdos relacionados ao surgimento dos objetivos da Agenda 2030, passe-se aos achados obtidos por meio de aplicação de questionário.

2.5 A PERCEPÇÃO SOBRE OS ODMS POR ALUNOS E PROFESSORES

Após a revisão de literatura, o presente item analisará os achados do questionário, aplicado junto a alunos e docentes do curso de uma disciplina de produção textual de um curso de educação ambiental de uma universidade que possui campus em uma cidade brasileira (Loccity), considerada microcosmo do país. Vale destacar que Loccity é caracterizada como uma das cidades brasileiras mais cosmopolitas e que recebe pessoas das mais diversas partes do país.

O objetivo principal da investigação é identificar qual é a percepção desses acerca da possibilidade de concretização de cada um dos ODMs.

2.5.1 Metodologia: Tipologia da Pesquisa e Perfil Dos Respondentes

O artigo possui abordagem de levantamento e é caracterizado por ser exploratório. Cooper e Schindler (2011) afirmam que o objetivo do levantamento é derivar dados entre subconjuntos de amostras para que semelhanças e diferenças possam ser encontradas.

O grupo de respondentes da pesquisa foi composto por 9 (nove) alunos Para identificação do vínculo entre cidade de Loccity *versus* indivíduo questionado, os docentes e discentes responderam as perguntas, a seguir.

- Somente estudam na cidade, dois respondentes;
- Somente trabalha na cidade, um.
- Estuda e trabalha na cidade, um.
- Residem e trabalham na cidade, dois.
- Estudam, residem e trabalham, quatro. Portanto, mais de 40% (quarenta por cento) enquadram-se nesse respectivo item de resposta, com predomínio de vivência na cidade de Loccity, pois.

Para melhor traçar a conexão dos respondentes com a cidade de Loccity, propõe-se o seguinte gráfico:

Qual a situação abaixo que melhor identifica sua situação em relação à Cidade de São Paulo?

9 respostas

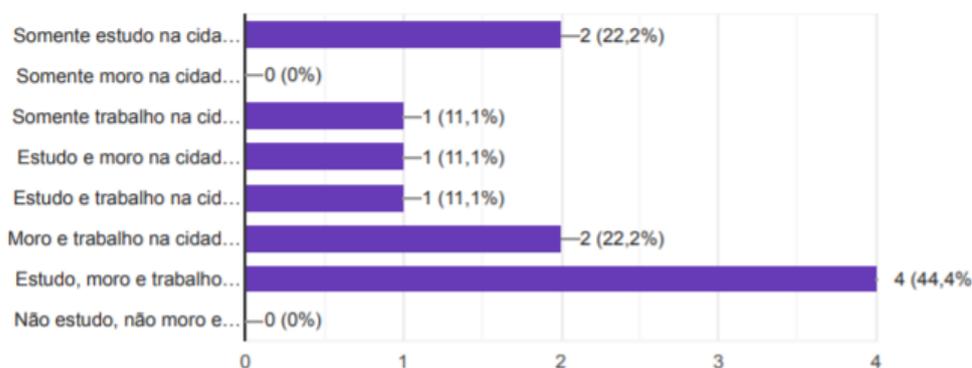


Gráfico 1 - Respondentes *versus* relação com a cidade de Loccity.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Ademais, segue Gráfico sobre o conhecimento do assunto ADM pelos questionados.

Qual o seu grau de conhecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Milênio antes do preenchimento deste questionário?

8 respostas

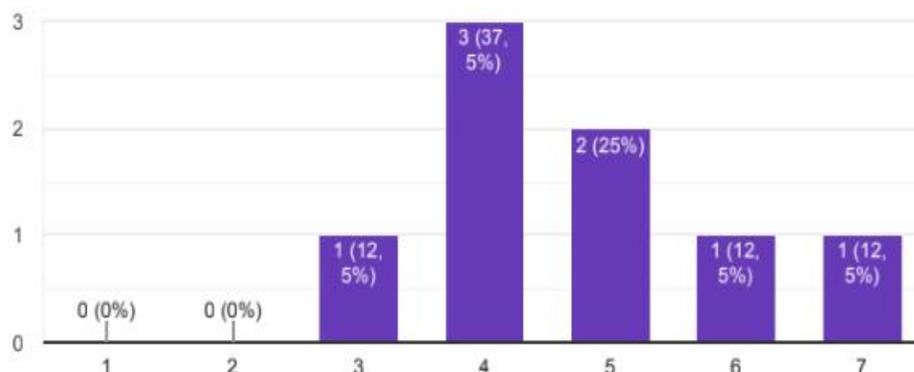


Gráfico 2 - Respondentes x conhecimento da temática ODM.

Fonte: Elaborado pelx pesquisadorx.

Pontua-se, assim, que todos os respondentes possuem certo grau de conhecimento acerca dos ODMs, como informado no questionário. Lado outro, caracterizado o vínculo dos discentes e dos docentes em relação à cidade da pesquisa e ao grau de conhecimento da Agenda 2030, passe-se aos achados propriamente ditos.

2.5.2 ODMs X Viabilidade De Concretização

O ODM de relativa, mediana, dificuldade de concretização é o de promover o crescimento econômico sustentável e inclusivo, emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todos.

Com mais de 40 % (quarenta por cento), o objetivo de acabar com a pobreza em todas as suas formas e todos os lugares, foi considerado por quatro dos respondentes de difícil concretização. Tão qual assim, o de assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Ademais, o de assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; e de construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva, sustentável e fomentar a inovação; reduzir a desigualdade internamente nos países e entre esses.

Além disso, conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para desenvolvimento sustentável; fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para desenvolvimento sustentável também foi considerada de difícil concretização.

Entretanto, o objetivo com mais destacada dificuldade de concretização de acordo com a percepção dos respondentes foi o de assegurar a educação inclusiva, equitativa, de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A resposta foi a escolha de cinco dos respondentes, mais de 55% (cinquenta e cinco por cento) do total, portanto, conforme Gráfico 3.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

9 respostas

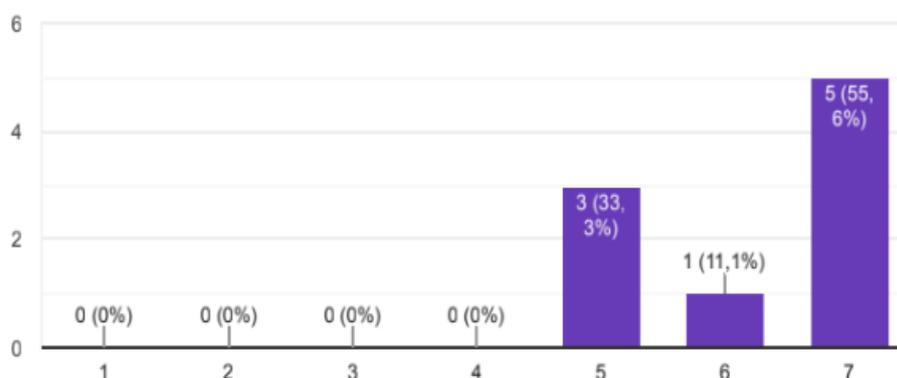


Gráfico 3 - ODM com maior dificuldade de concretização, até 2030, na visão dos respondentes.

Fonte: Elaborado pelx pesquisadorx.

Por fim, o ODM de promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis foi aquele com a percepção de maior possibilidade de efetivação até a conclusão da Agenda 2030, conforme resposta de cinco questionados.

3. ASPECTOS CONCLUSIVOS E IMPLICAÇÕES DOS ACHADOS

O presente estudo investigou qual é o grau de conhecimento e percepção de alcance, concretização, dos ODS. Ao final da pesquisa foi possível perceber que os temas de sustentabilidade correlacionados com os ODS são bem difundidos entre os estudantes e professores participantes da pesquisa. Parcela majoritária dos respondentes (50% tinham conhecimento sobre o tema).

Quanto à conexão com a cidade de Loccity, percebeu-se que parcela majoritária dos respondentes trabalham, estudam e moram na cidade. Assim, tem-se uma boa representatividade dos cidadãos paulistanos.

Conclui-se que, entre o grupo, existe uma percepção convergente de alcance dos ODS. Embora existam dois objetivos que se distanciaram de um quadro otimista, essa percepção coletivizada sinaliza uma esperança por um futuro mais sustentável não apenas na vertente ambiental, mas também social e econômica.

Embora o presente estudo tenha utilizado de uma base exploratória e reduzida do estudo, pode-se defender que a ampliação de amostragens e o cotejamento de outras investigações possibilitam corroborar ou refutar suas conclusões, numa acepção crítica e empírica. Como sugestão para futuras pesquisas recomenda-se a proposição de um perceptômetro dos ODSs em outras cidades brasileiras.

Sob o ponto de vista do educador é possível buscar ampliar o horizonte de decisão e imaginação do corpo discente. A ruptura com a visão de curto prazo é uma contribuição relevante se ponderados resultados que podem demorar décadas para entregarem reais frutos. Nas lições de Cyrulnik e Morin (2012) é possível romper com o mito de que nada pode ser feito ou sustentabilidade é uma falácia de segundo plano. Ao promover educação sustentável retrabalha-se o imaginário e os mitos, realidades humanas fundamentais.

Na perspectiva profissional, os ODMs podem representar relevantes fontes de inspiração para a elaboração de indicadores de desempenho propostos por acionistas, sindicatos, administradores, controllers entre outros. Assim é possível pensar em dashboards que tenham em seu topo indicadores finalísticos outros. Quiçá uma empresa, prefeitura, estado ou país coloquem no seu rol de metas os ODMs convergentes com o bem comum e com uma atuação política mais universalmente desejável.

A criação de indicadores hoje pode beneficiar o alcance dos referidos objetivos em benefício dos direitos humanos e internacionais intrinsecamente associados em benefício das atuais e das futuras gerações Também pode fomentar ações políticas locais e regionais, públicas e privadas que que o país se engaje rapidamente em uma agenda consensualmente mundial de desenvolvimento.

Em síntese, sob a perspectiva educacional e a profissional inserir os ODMs nos processos de trabalho mostra-se relevante para resultados que rompam com a perspectiva de curto prazo, estado reprogramável pela imaginação e pela criação de modelos e práticas mais consistentes com a urgente, para sermos menos efêmeros, sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, C. O cumprimento do objetivo Assegurar a Sustentabilidade Ambiental, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no Vale do Taquari-RS. **Desenvolvimento em**

Questão, Ijuí-RS, n. 35, p.103-141, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/41639/o-cumprimento-do-objetivo-assegurar-a-sustentabilidade-ambiental--dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio--no-vale-do-taquari-rs->>. Acesso em: 1º nov. 2021.

ASAZU, C. Prêmio ODM Brasil 2005 Trabalhando a mudança do que é preciso mudar. **Revista do Serviço Público**, Brasília-DF, vol.56, n.4, p.465-473, 2005. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/242/247>>. Acesso em: 31 out.2021.

BRASIL. Presidência da República. **Histórico ODM**. [2017]. Disponível em:<http://www4.planalto.gov.br/ods/assuntos/copy_of_historico-odm>. Acesso em: 6 nov. 2021.

CYRULNIK, B.; MORIN, E. **Diálogo sobre a natureza humana**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **PROCLAMAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM**. [1948]. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

PEREIRA, D. R. M.; FERREIRA, A. R. S.; PINTO, M. R.; FERREIRA, R. N. Perfil das condições de saúde das capitais brasileiras na perspectiva dos objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). **Revista do Serviço Público**. Brasília-DF, v.60, n.2, p.141-158, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1599>>. Acesso em: 1º nov. 2021.

PORTELA, P.H.G. **Direito internacional público e privado**. 7.ed. Salvador-BA: JusPodivm, 2015.

SILVA, J. A. da. **Curso de direito constitucional positivo**. 35. ed. São Paulo-SP: Malheiros, 2012.

UNITED NATIONS. **Sustainable development goals**. New York: United Nations Publications, 2017.

APÊNDICE 1

Questionário Levantamento

O presente questionário procura obter percepção sobre o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em cidades brasileiras, sendo um esforço promovido em cooperação entre governo, empresas e sociedade em geral.

Obrigadx pela participação.

Instrução:

Favor registrar sua percepção de como sua cidade está viabilizando o alcance dos objetivos do milênio.

Um objetivo muito fácil de ser alcançado deve receber marcação 7 ou próxima a 7.

Um objetivo muito difícil de ser alcançado deve receber marcação 1 ou próxima de 1.

Muito obrigadx.

APÊNDICE 2

Resultado Modal e da Média*

OBJETIVO	MODA	MÉDIA
1 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	7	6,2
2 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.	7	6
3 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.	7	6
4 Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.	7	6
5 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	7	5,9
6 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	7	5,8
7 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.	7	5,7
8 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.	7	5,7
9 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.	7	5,6
10 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	7	5,6
11 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.	7	5,6
12 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.	7	5,4
13 Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.	7	5,4
14 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.	7	5,3
15 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.	6	5,7
16 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.	5	5,8
17 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	4	5,1

* Os dados foram tratados de forma agregada para preservar a confidencialidade.